

Mandato menor, nem pensar

Governadores reagirão à proposta de eleições gerais



Covas examinou os destaques e o parecer de Cabral com seus vice-líderes

Covas admite que uso da máquina muda voto

"É a conduta lógica para esse governo. Quem está pelos cinco anos, bem; quem não está é inimigo". O comentário foi feito ontem pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ao criticar a postura do Governo em recomendar, aos ministros de Estado, atendimento preferencial às reivindicações dos constituintes que tiverem assinado a emenda lense, que estabelece cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

O senador Mário Covas observou que o Governo já havia adotado atitude semelhante na época de votação do mandato pela Comissão de Sistematização e, portanto, não há surpre-

sa em novas ameaças. Para Covas, no entanto, o favorecimento aos adeptos dos cinco anos não irá definir o resultado da votação em plenário, apesar de admitir que alguns votos serão influenciados.

A inversão de pauta, para a votação preferencial do mandato e do sistema de governo, é tida como muito difícil pelo líder do PMDB. "Quando começarmos a votar, vão acabar achando que esperar uns dias a mais não fará diferença", afirmou. Mesmo mantendo sua defesa da inversão da pauta, ele disse que já não está seguro sobre a quem ela favorecerá, se aos defensores do mandato de

cinco ou de quatro anos.

O líder do PMDB na Constituinte passou todo o dia de ontem reunido com um grupo de vice-líderes no Congresso Nacional para examinar a apresentação de destaques às emendas analisadas pelo relator Bernardo Cabral. Até o início da tarde, Covas, junto com os deputados Nelson Jobim, Sigmaringa Seixas e Antônio Britto, já havia examinado todo o capítulo dos Direitos e Garantias Individuais — que foi objeto de cerca de 40 destaques — e parte do capítulo sobre União, Estados e Municípios. Hoje ele continuará reunido com o mesmo grupo para analisar o restante das emendas.

Richa disputará no Diretório

O senador José Richa (PMDB-PR) admitiu ontem a possibilidade de concorrer à 3.ª vice-presidência da Executiva Nacional do seu partido. Eleito para este posto, Richa será o substituto imediato de Ulysses na Presidência do partido. As outras duas vice-presidências — anteriormente ocupadas pelos hoje governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, de Pernambuco, estão va-

gas, pois ambos se licenciaram. A terceira vaga foi aberta com a transferência do senador Affonso Camargo para o PTB.

Mas Richa ainda é um candidato relutante. Foi lançado pelo ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, durante a reunião em que os históricos resolveram convocar, via requerimento, o Diretório Nacional para o dia 3 de fevereiro. Este pe-

dido, com mais que as 41 assinaturas necessárias, será entregue a Ulysses na próxima terça-feira. O senador tem esperanças declaradas de sair candidato de uma composição entre os históricos, que já identificaram um candidato preferencial de Ulysses ao posto na figura do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), uma espécie de ponte entre o presidente José Sarney e o partido.

EDUARDO BRITO
Editor de Política

Os governadores eleitos em 1986 deverão reagir a qualquer tentativa de promover o encurtamento de seus mandatos, inclusive a realização de eleições gerais. Um deles, o piauiense Alberto Silva, do PMDB, já sabe até o que fará: na hipótese, ainda que remota, de passar uma medida como essa, entrará imediatamente com um recurso judicial para garantir seu direito de completar o governo.

"Até parece brincadeira: estão propondo uma emenda que reduz o mandato dos governadores, aumenta o dos prefeitos e permite que os senadores se reelejem com 30 por cento da votação", ironiza Alberto Silva. Para ele, propostas como essas só podem surgir como plada. Mas trazem uma implicação séria. Constituiriam, aponta o governador, uma ameaça de desrespeito à vontade popular manifestada nas urnas há pouco mais de um ano.

Afirma Alberto Silva que a posição mais contraditória, aí, é a dos peemedebistas favoráveis a emendas

como essas. "Fomos à praça pública, o povo nos deu a vitória e, de repente, dizemos que não somos mais governo. Isso é traição", diz ele. O governador não poupa sequer um dos dois representantes do PMDB piauiense na Constituinte, o deputado Heráclito Fortes: afinal, é dele a proposta de eleição geral em 1989.

O governador rejeita também a possibilidade de reeleição para os vitoriosos de 86. "Isso pode até constar da nova Carta, mas apenas para os que se elegerem daqui para a frente, pois nós fomos escolhidos dentro de outras normas e não devemos modificá-las, especialmente se for para mudá-las a nosso favor". Para ele, esse tipo de proposta "atropela tudo e parece até coisa de amador".

O governador do Piauí defende também o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, com o apoio dos demais governadores do Nordeste, exceção de Miguel Arraes, Waldir Pires e Fernando Collor. A Constituição em vigor determina um mandato para cada um dos eleitos e este mandato é intocável.

Mutirão constitucional

RUY M. ALTENFELDER
SILVA (*)

A partir do próximo dia 27 de janeiro o plenário da Assembleia Nacional Constituinte iniciará a votação da futura Constituição brasileira.

Baseados no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização e nas 2023 emendas apresentadas, os 559 constituintes definirão os rumos da Nação.

A nova Constituição deverá substanciar o grande pacto entre brasileiros nos planos político, econômico e social.

A metodologia escolhida para se chegar ao projeto de Constituição não foi a melhor. Partiu-se do nada e, sem qualquer interação entre as 24 subcomissões e 8 comissões temáticas, chegou-se ao anteprojeto sistematizado pelo relator deputado Bernardo Cabral.

O texto, por isso mesmo, é desconexo, incoerente, confuso. Na Comissão de Sistematização tentou-se melhorá-lo, através de emendas discutidas e aprovadas.

O surgimento de grupos de constituintes ligados por inequívoca vontade de construir um texto constitucional ordenado, coerente, sintético e, portanto, duradouro, foi de importância para a reforma do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. A tarefa parecia impossível. Um desses grupos — "Centrão" — resolveu enfrentá-la, e conseguiu. Foi, sem dúvida, um dos fatos políticos mais arrojados surgidos até agora no processo constituinte.

O trabalho prosseguiu. Reformulado o regimento, os constituintes dedicaram-se à difícil missão de discutir e elaborar os textos das emendas individuais e coletivas e da articulação visando obter o mínimo de 280 assinaturas exigido pelo novo estatuto. O "Centrão" conseguiu.

O texto dos seus substitutivos agora divulgado pode não ser o melhor, mas é o que mais se apro-

xima da leitura dos resultados das eleições de 15 de novembro de 1986. Em linhas gerais, acolhe o princípio de que a liberdade é a projeção principal da dignidade humana e procura determinar regras que, limitando o poder estatal, assegurem a liberdade no plano econômico. No plano social procura adequar esses princípios de modo a possibilitar aperfeiçoamento da relação capital/trabalho através da participação da comunidade na elaboração da futura legislação ordinária ou das negociações diretas.

É claro que existem pontos extremamente controversos. A inclinação do plenário da Assembleia Nacional Constituinte só será conhecida no momento da decisão: sistema de governo, duração do mandato presidencial, eleições gerais, por exemplo. De qualquer forma, o grande mérito do trabalho desses grupos que realizam verdadeiro mutirão constitucional foi o de não esperar passivamente, pois, como ensina o inesquecível Rui Barbosa: "esperar é prudente, contanto que se espere alguma coisa. Mas esperar por esperar, esperar de pura desídia, ou mera irresolução, à mingua de bom senso, para nos decidirmos, ou coragem, pára meter as mãos à obra, é o mais ruim de todos os alvitres e o mais certo de todos os perigos". (CF Rui — O apóstolo do direito. P. 54 — Mauricio de Gouveia).

A nação brasileira espera que os senhores constituintes consigam unir esforços aparando as divergências, para que o País possa ter brevemente uma nova Constituição, justa e duradoura.

*Ruy Martins Altenfelder Silva, 48 anos, advogado e empresário, é também diretor-tesoureiro da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria.